por 80 centavos, com um prazo de 360 dias para pagar e juros de 6%.

Os produtores dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso estão virtualmente descapitalizados. O crédito rural parece inexistente, pois todos — produtores e agentes financeiros — estão esperando uma queda dramática de área, para que o crédito seja viabilizado com subsídios extraordinariamente elevados. A securitização beneficiou os pequenos produtores, mas não os médios e os grandes. Ao pequeno só importa o crédito — e este parece mais imprevisível do que nunca.

O Paraná deverá plantar na próxima safra cerca de 140 mil hectares, contra 197 mil nesta safra. A área de São Paulo, ainda que qualquer prognóstico seja prematuro, deverá ser de 15 a 20% menor. As notícias de outros estados ainda são escassas. Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul poderão aumentar a área, devido aos sucessos das novas variedades, como o Delta Pine, que têm garantido 250 arrobas por hectare (enquanto os estados do Paraná e São Paulo insistem nas variedades Iapar e IAC, com rendimentos que não atingem 150 arrobas por hectare).

Nenhuma outra política parece interessar ao governo no caso do algodão. Todos os pleitos que, ainda que remotamente, prejudicassem a indústria têxtil foram rechaçados. Os produtores continuam sua luta junto ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no sentido de esclarecer o governo de que a política tarifária é absolutamente suicida para o algodão. A Confederação Nacional da Agricultura entra ainda este mês com um recurso junto ao ministro do Mict para rever a Circular nº 12 do secretário da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), que negou o direito compensatório do algodão.

Um renomado escritório de advocacia de São Paulo fez uma revisão do processo do algodão, montado pelo Decom (Departamento de Defesa Comercial), da Secex, e encontrou inúmeros defeitos na investigação das práticas de comércio desleal, por parte dos EUA, em 1993. Entre esses erros na investigação há que destacar a desconsideração de provas inequívocas de relação causal entre as exportações com subsídio para o Brasil e os danos sofridos pela cotonicultura no Paraná. Há flagrantes violações das leis brasileiras, em particular da Lei Agrícola (Lei nº 8.174), que obrigava, neste caso, a imposição dos direitos compensatórios. Esta luta está longe de terminar com a capitulação dos produtores. Falta apoio e espírito de luta, mas as organizações agrícolas irão até o fim, para que se reconheça que foram cometidos graves erros de procedimento na investigação.

MAURO DE REZENDE LOPES

ARROZ

PROGNÓSTICO DE SAFRA

Área de plantio no Sul poderá reduzir-se

À baixa rentabilidade econômica em 1996 agrega-se a confusa situação do endividamento bancário no Rio Grande do Sul, que obscurece o cenário pré-plantio no estado. Muitos agentes envolvidos na atividade apontam para uma nova redução na área de plantio gaúcha na safra 1996/97.

Por mais um ano a orizicultura gaúcha enfrenta o seu inexorável desafio: adaptar-se à competição cada vez mais difícil ou tornar-se definitivamente inviável.

Os produtores rurais chegaram a supor que 1996 pudesse ser melhor do que o difícil ano anterior em termos de comercialização, ante a efetiva redução da safra este ano. Entretanto, embora os níveis de preços em 1996 tenham sido mais atraentes que os de 1995, a total falta de financiamento para estocagem (EGF-COV — empréstimos do governo federal com opção de venda) impediu maior desenvoltura do mercado.

À baixa rentabilidade econômica em 1996 agrega-se a confusa situação de endividamento do setor orizícola, produzindo um ambiente de completo desânimo na fase de preparo do solo (final do mês de agosto) no Rio Grande do Sul. Não existem ainda levantamentos oficiais da intenção de plantio no estado, responsável por 45% da produção nacional em 1995, mas as cooperativas de produção e firmas de insumos apontam para um desaquecimento do ritmo de comercialização de fertilizantes, que normalmente a esta época do ano (julho/agosto) é bem mais

acelerado. De acordo com a Basf, importante empresa do ramo agroquímico, com posição confortável no Rio Grande do Sul, o volume de compras de fertilizantes em julho/agosto, indicador da intenção de plantio, está reduzido em 1996, mas apenas repete o volume do ano passado, quando se verificou o mesmo desalento dos produtores rurais com relação ao cultivo. O que a Basf pressente é que os agricultores estão ainda aguardando uma suposta decisão política por parte do governo com relação às suas dívidas e possibilidades de obter novos financiamentos, protelando as compras de insumos. No final de agosto, representantes dos arrozeiros gaúchos entregaram ao ministro da Agricultura um documento com dados e reivindicações para superar a crise enfrentada pelo setor no estado. Os produtores pedem mais recursos para o setor, redução da burocracia nos financiamentos e no estabelecimento de juros e critérios compatíveis com a situação atual. Pedem também a reavaliação das condições e limites da securitização das dívidas agrícolas.[1]

O Banco do Brasil securitizou as dívidas de alguns produtores rurais, o que deu um certo alento ao setor. Mas ainda há uma grande pendência. A securitização consistiu no alongamento do perfil da dívida e foi resultado de acordo político bem-sucedido. As dívidas de até R$200 mil (por produtor) contraídas nos últimos 10 anos foram refinanciadas em 7 a 10 anos de pagamento, com parcela anual vencível em outubro de cada ano e prazo de 1 a 2 anos de carência, permitindo ao produtor recapitalizar-se em uma ou duas safras para depois efetivar o primeiro pagamento. As *gorduras* das dívidas — encargos anuais de políticas diferenciadas, taxas de juros diferenciadas, instrumentos e normativos diferenciados, de sucessivos planos econômicos — passaram de montantes em atraso a dívidas em dia (é bom notar que essas diferenças são muito significativas).

As grandes dívidas, no entanto, não foram ainda solucionadas. Apenas para se ter uma idéia do estágio atual do endividamento do setor orizícola gaúcho e de seu impacto sobre o total da dívida agrícola no estado, sabe-se que 726 produtores de arroz acumulam dívidas *anormais* (débitos superiores a R$200 mil não-securitizáveis ou aqueles que os produtores tenham preferido à via judicial ou ainda à espera de alguma decisão do governo). Ocorre que

[1] *Gazeta Mercantil*, 22-8-1996.

Produção se reduz em 1996

Brasil — arroz em casca — quadro de suprimento em mil t — julho de 1996

Ano-safra	Quantidade inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Excedente	Exportação	Estoque passagem
1980/81	1.441,2	8.228,0	209,0	9.878,2	9.000,0	878,2	73,0	805,2
1981/82	805,2	9.155,0	203,0	10.163,2	9.100,0	1.063,2	18,0	1.045,2
1982/83	1.045,2	8.224,0	465,0	9.734,2	9.150,0	584,2	12,0	572,2
1983/84	572,2	8.991,0	91,0	9.654,2	9.200,0	454,2	2,0	452,2
1984/85	452,2	8.760,0	500,0	9.712,2	9.660,0	52,2	5,0	47,2
1985/86	47,2	9.813,0	2.074,0	11.934,2	10.240,0	1.694,2	6,0	1.688,2
1986/87	1.688,2	10.578,0	235,0	12.501,2	10.000,0	2.501,2	5,0	2.496,2
1987/88	2.496,2	11.762,2	190,0	14.448,4	10.500,0	3.948,4	10,0	3.938,4
1988/89	3.938,4	11.092,0	252,5	15.282,9	10.800,0	4.482,9	10,0	4.472,9
1989/90	4.472,9	7.967,6	717,6	13.158,1	11.000,0	2.158,1	10,8	2.147,3
1990/91	2.147,3	9.996,8	1.296,6	13.440,7	11.220,0	2.220,7	2,1	2.218,6
1991/92	2.218,6	10.102,8	732,3	13.053,7	11.332,2	1.721,5	5,1	1.716,4
1992/93	1.716,4	9.902,8	880,9	12.500,1	11.445,5	1.054,6	5,7	1.048,9
1993/94	1.048,9	10.522,8	1.565,5	13.137,2	11.560,0	1.577,2	3,9	1.573,3
1994/95	1.573,3	11.237,3	978,6	13.789,2	11.617,8	2.171,4	34,7	2.136,7
1995/96	2.136,7	10.061,6	1.000,0	13.198,3	11.734,0	1.464,3	5,0	1.459,3

Fontes: Conab, Receita Federal, BCSP, IBGE, importadores e agentes de mercado.
Elaboração: Conab/Dipla/Depae/Dival.
Obs:. A data-base referente à quantidade inicial é de 1º de março do último ano-safra em questão. O consumo anual estimado para a safra 1994/95 foi reajustado, uma vez que não se verificou o aumento inicialmente previsto com o plano de estabilização econômica.

esse número relativamente pequeno de orizicultores deve cerca de R$652,3 milhões, o que representa mais de 50% da dívida total securitizada no Rio Grande do Sul (30 mil produtores rurais em todo o estado securitizaram de fato R$1,10 bilhão em dívidas). Em contraste, 399 produtores de arroz securitizaram dívidas correspondentes a R$121 milhões (a aplicação rural no Rio Grande do Sul totaliza R$4,33 bilhões).

De acordo com a Fearroz (Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul), mesmo aqueles produtores que securitizaram suas dívidas terão dificuldades para plantar, em virtude dos obstáculos para obter um novo financiamento.

Em linhas gerais, há um consenso entre os agentes envolvidos de que haverá de fato uma nova redução na área de plantio no estado.

Qual será a saída?

Em meio às dificuldades que se apresentam ano após ano para os orizicultores do Rio Grande do Sul, surgem várias propostas que poderão amortecer a crise que o setor alega estar vivenciando. Como se sabe, o produtor de arroz não tem outras opções de plantio, uma vez que os solos mal drenados típicos das áreas orizícolas não se prestam, em primeira análise, a outra atividade que não o arroz ou a pecuária bovina ou ovina. Entretanto, começam a surgir alternativas ao arroz com a reconversão das várzeas para melhor adaptação a outras culturas como o trigo e o milho.

A área plantada em Mato Grosso com as variedades agulhinha já atinge cerca de 300 mil hectares anuais.

O zoneamento agroclimático feito pela Embrapa no estado revelou que algumas áreas aptas para o arroz também o são para o trigo e o milho. Obviamente, o problema crucial é a drenagem, ou seja, retirar o excesso de umidade das várzeas ocupadas pelo arroz, do qual resulta um meio de baixa oxigenação onde a maior parte das culturas não se adapta. A Embrapa de Pelotas, no entanto, deverá lançar dentro de oito a nove meses novas variedades de milho resistentes a solos mal drenados, as quais apresentam produtividades atraentes (5 mil a 6 mil quilos/ha). Para o trigo também já existem variedades adaptadas à várzea, mas a disponibilidade de sementes é ainda limitante. Existem já focos regionais em busca dessas alternativas, podendo ser citadas ainda as culturas de painço e sorgo, destinadas à indústria de rações.

Por outro lado, é bastante perceptível o esforço de revitalização da cultura via redução dos custos de produção através de práticas culturais mais eficientes. Neste aspecto, destacam-se o uso de sementes pré-germinadas no plantio, o plantio direto, o cultivo mínimo; há também produtores que não utilizam herbicidas e ainda os que fazem adubação verde. Este último caso é interessante porque pode resultar num produto diferenciado, sem substâncias agroquímicas — e de maior valor agregado.

Plantio pré-germinado reduz custo de produção

O plantio com sementes pré-germinadas reduz efetivamente os custos de produção e está se disseminando rapidamente no Rio Grande do Sul. Na próxima safra, a área ocupada com esse sistema deverá crescer 59%, atingindo cerca de 35 mil hectares. A meta é atingir cerca de 100 mil hectares até o ano 2000, segundo o Grupo de Estudos do Sistema de Cultivo do Arroz Pré-Germinado, integrado pelo Irga, pela Embrapa e por universidades, entre outros. Segundo este mesmo grupo, o sistema eleva a produtividade entre 20 e 30% e pode encolher o custo de produção em até 20%. Para adotar o plantio com sementes pré-germinadas, porém, o agricultor precisa investir de R$200 a R$500/ha para sistematizar a sua área (nivelar para o melhor controle da irrigação), condição essencial para a utilização da tecnologia.

Abastecimento em 1997: é cedo para falar em problemas

Na região Centro-Oeste, é possível que Goiás apresente nova redução de área, que vem caindo sistematicamente a cada ano. Em Mato Grosso, no entanto, está ocorrendo uma expansão das variedades conhecidas como *agulhinha de sequeiro*, cuja aceitação no mercado, ao contrário do sequeiro normal, é muito boa. De acordo com o CNPAF (Centro Nacional de Pesquisa do Arroz e do Feijão), da Embrapa, a área plantada com esta variedade em 1995/96 foi de cerca de 300 mil hectares, o que representa a expressiva proporção de 41% da área total de arroz cultivada no estado.

Ainda é muito cedo para se projetar um número global para a safra 1996/97, mas alguns agentes do mercado não acreditam numa redução e ainda estimam que esta até poderá crescer um pouco em relação à do ano passado. Os preços internacionais em agosto ainda estavam altos em relação às cotações internas, mas a previsão da Conab é que se internalizem 1 milhão de toneladas em casca nesta entressafra, no segundo semestre.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO